



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

JUNHO/2018

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	09
ARRECADAÇÃO DO ICMS	13
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	27
ARRECADAÇÃO DO ISS	28
SÉRIES HISTÓRICAS	38

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de junho e ao 1º semestre de 2018.

A fonte dos dados apresentados é o relatório emitido do Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 10/07/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 05/07/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de junho e 1º semestre de 2018, em comparação com os mesmos períodos de 2017.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 19 de julho de 2018.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de junho de 2018, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.495,0 milhões em valores correntes. No confronto com junho de 2017, apontou-se decréscimo nominal de 2,8%, que correspondeu a uma queda real de 6,1%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de junho discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DADOS SIGGO em 10/07/2018

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	jun/18	jun/17	junho/2017	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em junho/18
	(a)	(b)	pele INPC/IBGE (c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	635.034	630.944	653.202	+4.090	+0,6%	-18.168	-2,8%	42,5%
ISS	119.294	132.621	137.300	-13.327	-10,0%	-18.006	-13,1%	8,0%
SIMPLES	28.422	30.161	31.225	-1.739	-5,8%	-2.803	-9,0%	1,9%
IRRF	231.507	277.601	287.394	-46.094	-16,6%	-55.887	-19,4%	15,5%
IPVA	32.090	35.664	36.922	-3.574	-10,0%	-4.832	-13,1%	2,1%
IP TU/TLP	361.788	339.802	351.790	+21.986	+6,5%	+9.998	+2,8%	24,2%
ITBI	35.066	30.969	32.062	+4.097	+13,2%	+3.004	+9,4%	2,3%
ITCD	7.574	9.487	9.822	-1.914	-20,2%	-2.248	-22,9%	0,5%
Outras Taxas	6.048	6.562	6.793	-514	-7,8%	-745	-11,0%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.456.822	1.493.812	1.546.509	-36.989	-2,5%	-89.687	-5,8%	97,4%
Dívida Ativa	25.244	25.560	26.462	-316	-1,2%	-1.217	-4,6%	1,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	6.465	8.879	9.192	-2.414	-27,2%	-2.727	-29,7%	0,4%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	6.481	9.238	9.563	-2.757	-29,8%	-3.083	-32,2%	0,4%
Total das Outras Receitas (B)	38.190	43.676	45.217	-5.486	-12,6%	-7.027	-15,5%	2,6%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.495.012	1.537.488	1.591.726	-42.475	-2,8%	-96.714	-6,1%	100,0%

Fonte: SIGGO.

No resultado acumulado do período de janeiro a junho de 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 8.079,4 milhões em valores correntes, o que representou acréscimo nominal de 5,4%, correspondente a um aumento real de 3,2% em relação ao mesmo período de 2018. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2018
DADOS SIGGO em 10/07/2018

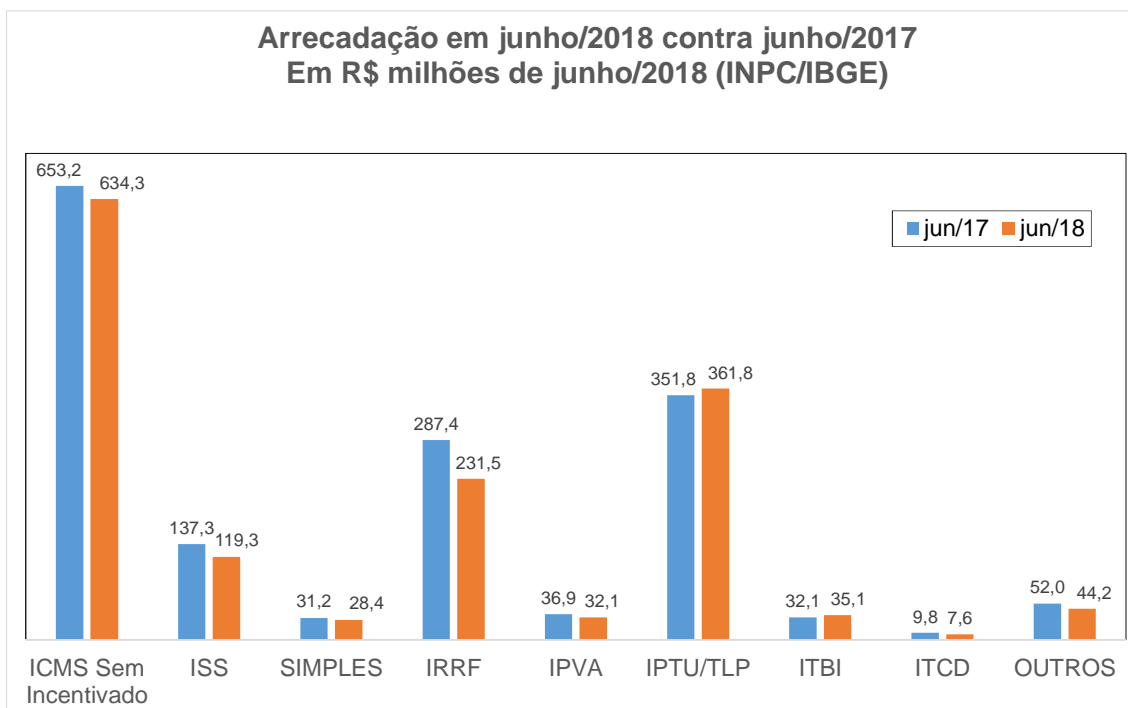
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2018 (a)	2017 (b)	2018 pelo INPC/IBGE (c)	2017 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	3.838.588	3.679.703	3.902.116	3.816.434	+158.884	+4,3%	+85.682	+2,2%	47,5%
ISS	747.322	772.779	759.596	801.578	-25.457	-3,3%	-41.982	-5,2%	9,3%
SIMPLES	189.076	177.099	192.275	183.698	+11.977	+6,8%	+8.577	+4,7%	2,3%
IRRF	1.450.604	1.332.709	1.474.386	1.381.603	+117.894	+8,8%	+92.783	+6,7%	18,0%
IPVA	856.069	802.009	872.602	832.287	+54.060	+6,7%	+40.315	+4,8%	10,6%
IPTU/TLP	463.557	409.808	465.425	424.329	+53.749	+13,1%	+41.096	+9,7%	5,7%
ITBI	188.516	159.311	191.500	165.175	+29.205	+18,3%	+26.325	+15,9%	2,3%
ITCD	50.612	50.639	51.448	52.493	-26	-0,1%	-1.045	-2,0%	0,6%
Outras Taxas	37.021	40.569	37.600	42.050	-3.548	-8,7%	-4.450	-10,6%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	7.821.364	7.424.626	7.946.948	7.699.647	+396.738	+5,3%	+247.301	+3,2%	96,8%
Dívida Ativa	162.137	147.470	164.829	152.870	+14.667	+9,9%	+11.959	+7,8%	2,0%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	46.963	46.885	47.749	48.601	+77	+0,2%	-852	-1,8%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	48.890	48.685	49.735	50.487	+205	+0,4%	-752	-1,5%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	257.990	243.041	262.313	251.958	+14.949	+6,2%	+10.355	+4,1%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	8.079.354	7.667.667	8.209.261	7.951.605	+411.687	+5,4%	+257.655	+3,2%	100,0%

Fonte: SIGGO.

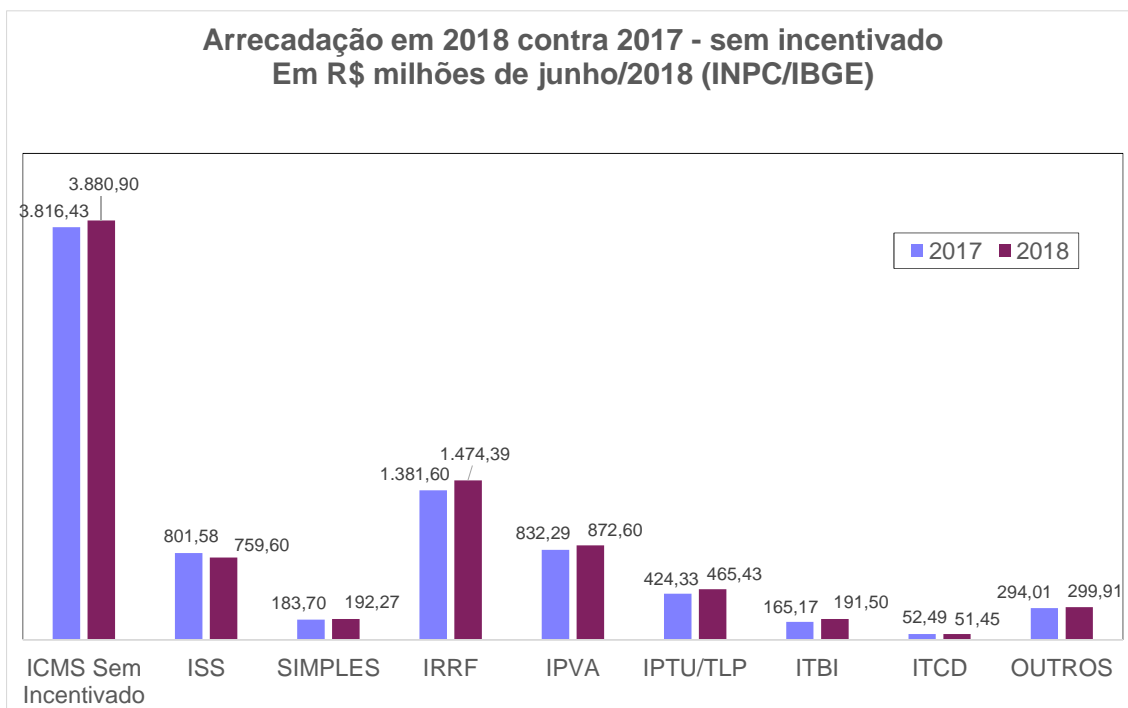
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em junho de 2018 frente a junho de 2017, verificou-se que o **ICMS** — tributo com maior representatividade, decresceu 2,8% (-R\$ 18,2 milhões). No mesmo sentido, apresentaram decréscimo o **IRRF** e o **ISS** na ordem de 19,4% (-R\$ 55,9 milhões) e 13,1% (-R\$ 18,0 milhões), respectivamente. Em sentido oposto, foram observados acréscimos de 2,8% (+R\$ 10,0 milhões) na arrecadação do **IPTU/TLP** — que no conjunto representam o segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas no mês de junho, e de 9,4% (+ R\$ 3,0 milhões) na arrecadação do **ITBI**. Cabe observar que o mês de junho foi o mês de recolhimento da 1ª parcela e da cota única do IPTU/TLP.

O gráfico abaixo ilustra a comparação mensal, excluindo a modalidade ICMS PADES/Incentivado.



Na comparação acumulada no período de janeiro a junho de 2018 com correspondente período de 2017, foram observados acréscimos reais significativos de 6,7% do **IRRF** (+R\$ 92,8 milhões), de 2,2% do **ICMS** (+R\$ 85,7 milhões), de 9,7% do **IPTU/TLP** (+R\$ 41,1 milhões) e de 4,8% do **IPVA** (+R\$ 40,3 milhões), cujas parcelas de recolhimento se encerraram em maio. Por outro lado, foi registrada queda expressiva de 5,2% do **ISS** (-R\$ 42,0 milhões).

O gráfico a seguir ilustra a comparação acumulada do 1º semestre, excluindo a modalidade ICMS PADES/Incentivado.



O Índice FipeZap – que monitora o comportamento do preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras – encerrou junho praticamente estável, com variação de -0,06% em relação a maio. O comportamento dos preços residenciais em junho de 2018 não foi homogêneo entre as cidades monitoradas pelo Índice FipeZap.

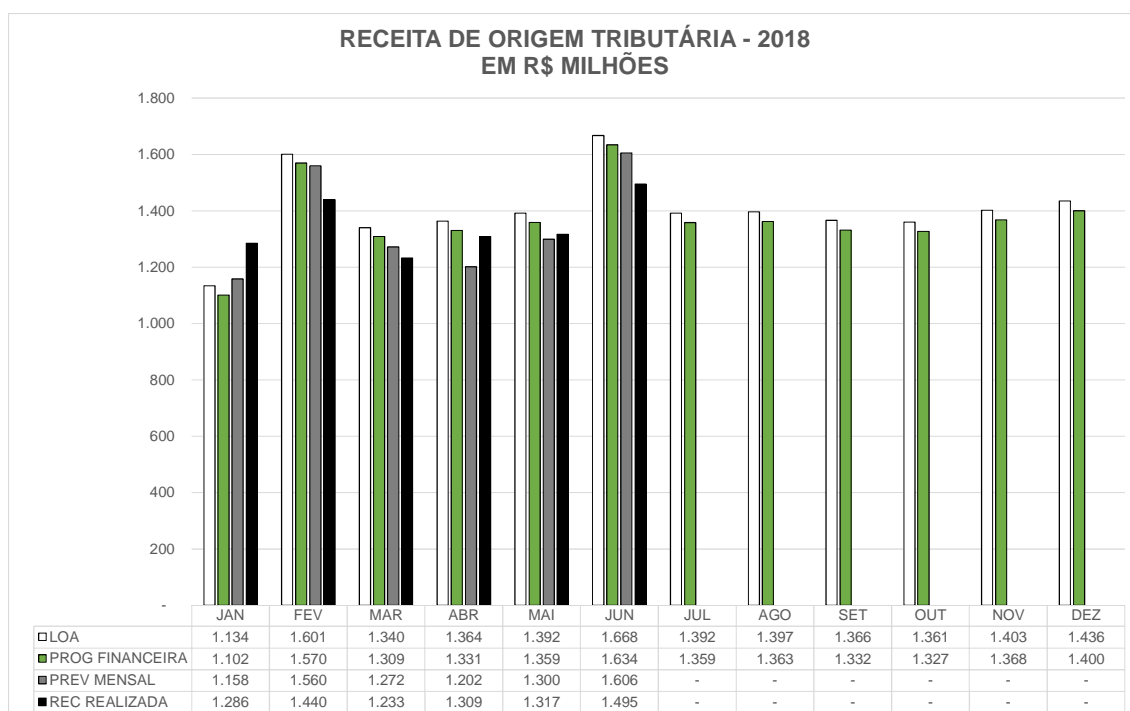
Avaliadas individualmente, apenas seis das 20 cidades monitoradas registraram aumento de preço em junho de 2018, sendo que as altas mais expressivas foram observadas no Distrito Federal (+0,37%), em Goiânia (+0,31%) e em São Paulo (+0,21%). Por outro lado, entre as 14 cidades monitoradas que apresentaram queda nominal no preço de venda residencial em junho, os recuos mais expressivos foram notados em Niterói (-0,66%), em Salvador (-0,55%) e em Campinas (-0,46%).

Apesar da variação nominal negativa de 1,2% do índice no Distrito Federal no 1º semestre do ano, a arrecadação do ITBI continua com resultado positivo, apresentando aumento real de 15,9% (+R\$ 26,3 milhões) no acumulado do período de janeiro a junho de 2018 frente ao mesmo período em 2017.

Em junho de 2018, o preço médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.543/m². Rio de Janeiro se manteve

como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.596/m²), seguida por São Paulo (R\$ 8.755/m²) e Distrito Federal (R\$ 7.725/m²). Já as cidades monitoradas com menor valor médio por m² foram Contagem (R\$ 3.498/m²), Goiânia (R\$ 4.122/m²) e Vila Velha (R\$ 4.715/m²).

O gráfico abaixo ilustra a comparação entre a receita realizada de origem tributária com as receitas previstas mensalmente na LOA e na programação financeira nos primeiros seis meses do ano.



A receita realizada em junho de 2018 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 110,9 milhões, o que corresponde a um desvio negativo de 6,9% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de junho, ocorreu frustração de R\$ 172,6 milhões, conforme o quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios negativos observados foram para o ICMS e o IRRF, correspondentes a R\$ 79,2 milhões e R\$ 55,2 milhões, respectivamente.

No tocante à programação financeira, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 139,5 milhões, sendo que os maiores desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R\$ 55,2 milhões) e com o ICMS (-R\$ 46,0 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JUNHO 2018							
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	657.949	714.203	681.045	635.034	(22.915)	(79.169)	(46.012)
ISS	130.219	140.186	140.186	119.294	(10.925)	(20.892)	(20.892)
SIMPLES	33.455	33.589	33.589	28.422	(5.033)	(5.167)	(5.167)
IRRF	283.945	286.733	286.733	231.507	(52.438)	(55.227)	(55.227)
IPVA	36.398	23.837	23.837	32.090	(4.308)	8.253	8.253
IPTU/TLP	370.637	372.393	372.393	361.788	(8.849)	(10.605)	(10.605)
ITBI	33.975	33.918	33.918	35.066	1.091	1.149	1.149
ITCD	8.255	8.109	8.109	7.574	(681)	(536)	(536)
OUTRAS TAXAS	6.562	8.033	8.033	6.048	(514)	(1.985)	(1.985)
RECEITA TRIB TOTAL	1.561.395	1.621.001	1.587.844	1.456.822	(104.572)	(164.179)	(131.022)
DÍVIDA ATIVA	28.033	24.772	24.772	25.244	(2.788)	472	472
M/J DÍVIDA ATIVA	7.742	9.871	9.871	6.465	(1.277)	(3.406)	(3.406)
M/J TRIBUTOS	8.785	11.991	11.991	6.481	(2.304)	(5.510)	(5.510)
TOTAL OUTRAS REC	44.559	46.634	46.634	38.190	(6.369)	(8.444)	(8.444)
TOTAL DA ARRECADAÇÃO	1.605.954	1.667.636	1.634.478	1.495.012	(110.942)	(172.623)	(139.466)

No acumulado de janeiro a junho de 2018, houve desvio negativo de realização frente à previsão mensal de R\$ 18,8 milhões, correspondente a um desvio negativo de 0,2% de realização. Ocorreram desvios negativos no ICMS (-R\$ 114,9 milhões), no ISS (-R\$ 41,2 milhões) e no SIMPLES (-R\$ 13,0 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o IRRF (+R\$ 94,5 milhões), o IPVA (+R\$ 31,9 milhões) e o IPTU/TLP (+R\$ 24,8 milhões).

No que tange à receita acumulada no período de janeiro a junho de 2018 prevista na LOA em relação à receita realizada, ocorreu déficit no montante de R\$ 420,1 milhões. Ressalte-se que a maior frustração de realização ocorreu com o ICMS (-R\$ 357,9 milhões), explicada em grande parte pela frustração das expectativas de crescimento do PIB da época dos trabalhos de previsão para a LOA 2018 de 2,48% contra 1,68% da mesma expectativa em 22/6/2018. O destaque positivo ocorreu com o IRRF (+R\$ 68,6 milhões).

Quanto à programação financeira, no período acima citado verificou-se um desvio negativo de realização no montante de R\$ 225,3 milhões, explicado principalmente pelos desvios de arrecadação do ICMS (- R\$ 163,1 milhões), ISS (- R\$ 78,3 milhões) e IPVA (- R\$ 76,9 milhões), como mostra o quadro a seguir.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A JUNHO 2018							
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D-B)	(D - C)
ICMS	3.953.472	4.196.477	4.001.653	3.838.588	(114.885)	(357.890)	(163.066)
ISS	788.515	825.573	825.573	747.322	(41.193)	(78.251)	(78.251)
SIMPLES	202.080	209.230	209.230	189.076	(13.004)	(20.154)	(20.154)
IRRF	1.356.097	1.381.982	1.381.982	1.450.604	94.507	68.622	68.622
IPVA	824.208	932.995	932.995	856.069	31.862	(76.926)	(76.926)
IPTU/TLP	438.765	429.995	429.995	463.557	24.792	33.562	33.562
ITBI	190.152	190.228	190.228	188.516	(1.636)	(1.712)	(1.712)
ITCD	46.259	45.862	45.862	50.612	4.354	4.750	4.750
OUTRAS TAXAS	42.019	42.488	42.488	37.021	(4.998)	(5.467)	(5.467)
RECEITA TRIB TOTAL	7.841.566	8.254.830	8.060.006	7.821.364	(20.202)	(433.466)	(238.642)
DÍVIDA ATIVA	162.560	146.185	146.185	162.137	-	422	15.953
M/J DÍVIDA ATIVA	42.470	48.809	48.809	46.963	4.493	(1.846)	(1.846)
M/J TRIBUTOS	51.581	49.604	49.604	48.890	-	(714)	(714)
TOTAL OUTRAS REC	256.611	244.597	244.597	257.990	1.379	13.393	13.393
TOTAL DA ARRECAÇÃO	8.098.177	8.499.427	8.304.603	8.079.354	(18.823)	(420.073)	(225.249)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicador	Unidade	Fonte	mai/17	abr/18	mai/18	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2018
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	-0,23%	0,40%	1,26%	2,60%	4,39%	4,15%
IPCA - Brasília (1)	variação %	IBGE/BACEN	-0,22%	0,15%	1,20%	1,81%	4,36%	nd
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	11,25%	6,50%	6,50%	----	----	6,50%
PIB BRASIL	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN						1,50%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	0,51%	0,46%	3,34%		1,13%	----
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	20,4%	19,2%	19,5%	----	----	----
Índice FipeZap ampliado (20 cidades; 1)	variação %	Fipe	-0,15%	-0,01%	-0,06%	-0,16%	-0,47%	----
Índice Fipe-Zap DF (1)	variação %	Fipe	-0,60%	-0,12%	0,37%	-1,20%	-2,93%	----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m ²	Fipe	8.385	7.725	7.754	----	----	----
Venda de combustíveis no DF (m ³)	var % mês/mês ant	ANP	2,13%	-5,01%	-8,23%	-4,09%	-2,53%	----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIM-PF; 3)	var % mês/mês ant	IBGE	0,8%	0,8%	-10,9%	2,0%	3,0%	2,96%
Receita nominal de vendas - com. varejista (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	0,2%	1,1%	-0,3%	3,8%	3,1%	----
Receita nominal de vendas - com. varejista (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-4,8%	1,9%	-0,9%	2,6%	-1,3%	----
Consumo de energia elétrica no DF	var % mês/mês ant	EPE	-1,08%	6,75%	-5,15%	-0,57%	-3,18%	----
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Anfavea	24,65%	4,81%	-7,11%	17,01%	24,50%	10,0%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv/DF	31,14%	8,39%	-8,15%	19,33%	14,15%	----

Obs: 1. O IPCA do Brasil e de Brasília, os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. Projeções divulgadas no Boletim Focus de 13/7/18;

3. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

De acordo com o Boletim Focus de 13 de julho, divulgado no dia 16, a mediana das projeções do mercado para o crescimento da economia em 2018 foi reduzida de 1,53% na semana anterior para 1,50%. Há quatro semanas a mediana era de 1,76%. Para o ano que vem, a expectativa do mercado para

expansão da economia foi reduzida de 2,70% (quatro semanas antes) para 2,50%.

Apenas para comparação, um ano atrás, no Boletim Focus de 14/07/2017, a estimativa de variação era de +0,34% em 2017 e de +2,00% em 2018, mas em 1º de março deste ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o PIB cresceu 1% em 2017.

Em 16 de julho o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, no documento Perspectiva da Economia Mundial (WEO, na sigla em inglês), divulgado a cada três meses, que reduziu a previsão para o crescimento da economia brasileira em 2018 dos 2,3% estimados em abril para 1,8%. Para 2019 foi mantida a mesma estimativa de 2,5%. A piora da previsão para o Brasil ocorreu, segundo o FMI, devido a "efeitos persistentes" da greve dos caminhoneiros sobre a atividade econômica, além de incertezas políticas.

IBC-BR

Em 16 de julho o Banco Central informou que o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma "prévia" informal do PIB, mostrou que a economia encolheu 3,34% em maio em relação a abril, na série com ajuste sazonal, pouco abaixo da expectativa de analistas consultados pela agência de notícias Reuters, que era de queda de 3,45%. Na comparação com maio de 2017 o índice caiu 2,9%, enquanto que no acumulado em 12 meses (sem ajuste sazonal, por serem períodos iguais) apresentou alta de 1,13%, ainda segundo o BC.

O desempenho da economia em maio foi fortemente afetado pela greve dos caminhoneiros, que paralisou o país nos últimos 10 dias de maio, prejudicou diretamente a atividade econômica e abalou ainda mais a confiança de empresários e consumidores.

Os impactos da greve foram sentidos em diversos setores da atividade e ajudaram a derrubar ainda mais as previsões de crescimento do PIB neste ano, inclusive dentro do governo. Em maio, a produção industrial despencou 10,9%, pior queda em quase uma década, as vendas no comércio diminuíram pela

primeira vez no ano e o setor de serviços registrou o pior resultado em sete anos.

IPCA

Os efeitos da paralização dos caminhoneiros ocorrida no final do mês de maio, que durou 10 dias e causou o desabastecimento de alimentos e combustíveis, impactou a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, que teve alta de 1,26% em junho, acima da variação apurada no mês anterior (0,40%) e em junho de 2017 (-0,23%). Foi a maior variação apurada pelo IBGE para o mês de junho desde 1995, há 23 anos.

A variação ocorrida nos últimos doze meses ficou em 4,39%, bem acima dos 2,86% dos 12 meses imediatamente anteriores mas ainda dentro meta estabelecida pelo Banco Central, que é de 4,5% no ano com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Quanto ao comportamento do índice em Brasília, a variação registrada do IPCA foi de 1,20%, oito vezes maior que o apurado no mês anterior (0,15%), sendo as variações acumuladas no ano e em 12 meses de 1,81% e 4,86%, respectivamente. Os grupos que registraram as maiores altas em 12 meses foram Transportes (8,49%) e Vestuário (5,35%).

No Boletim Focus de 13 de julho, divulgado no dia 16, os analistas do mercado financeiro elevaram a estimativa para a previsão em 2018, passando-a de 3,88% quatro semanas antes para 4,15%.

TAXA SELIC

Ao fim da reunião concluída em 20 de junho o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu pela manutenção da taxa Selic em 6,50% ao ano pela 2ª reunião consecutiva. Com isso, a taxa foi mantida em seu patamar mais baixo, vindo de uma taxa de 14,25% em outubro de 2016.

A próxima reunião será no dia 1º de agosto. A decisão, que foi unânime, era esperada pelo mercado. Dos 37 economistas consultados pela agência de

notícias Reuters, 36 previam a manutenção da taxa e apenas um esperava aumento de 0,5 ponto percentual na Selic. No Boletim Focus de 13 de julho a mediana das projeções do grupo dos especialistas que mais acertam as previsões, o chamado Top 5, para a taxa Selic em 2019 foi reduzida de 8,00% ao ano para 7,75% a.a. em meio a expectativas de menor crescimento da economia.

TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desocupação (12,7%) no trimestre móvel de março a maio de 2018 ficou praticamente estável em relação ao trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 (12,6%). Na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2017 (13,3%), houve queda de 0,6 ponto percentual.

A população desocupada estimada (13,2 milhões) ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior (13,1 milhões). No confronto com igual trimestre do ano anterior, quando havia 13,8 milhões de desocupados, houve queda de 3,9%. A população ocupada (90,9 milhões) no trimestre de março a maio de 2018 ficou estável em relação ao trimestre de de 2017 a fevereiro de 2018. Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, quando havia 89,7 milhões de pessoas ocupadas, houve pequeno aumento. Enquanto o número de empregados com carteira de trabalho assinada (32,8 milhões) caiu 1,1% frente ao trimestre anterior (dezembro de 2017 a fevereiro de 2018) e 1,5% (-483 mil pessoas) no confronto com igual trimestre de 2017, o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,1 milhões) cresceu 2,9% em relação ao trimestre anterior e 5,7% (mais 597 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2017.

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, CODEPLAN, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, mostraram elevação da taxa de desemprego total, que passou de 19,2%, apurado em abril de 2018 para 19,5% da População Economicamente - PEA. Com isso, o contingente de desempregados foi estimado em 320 mil pessoas.

Observou-se pequena redução entre os assalariados com carteira de trabalho assinada (-1 mil) e pequena variação positiva entre os sem carteira assinada (2 mil). Aumentou o número de autônomos (9,1%, ou 16 mil), e reduziu-se o de empregados domésticos (-6,6%, ou -6 mil) e o dos classificados nas demais posições (-5,3%, ou -6 mil).

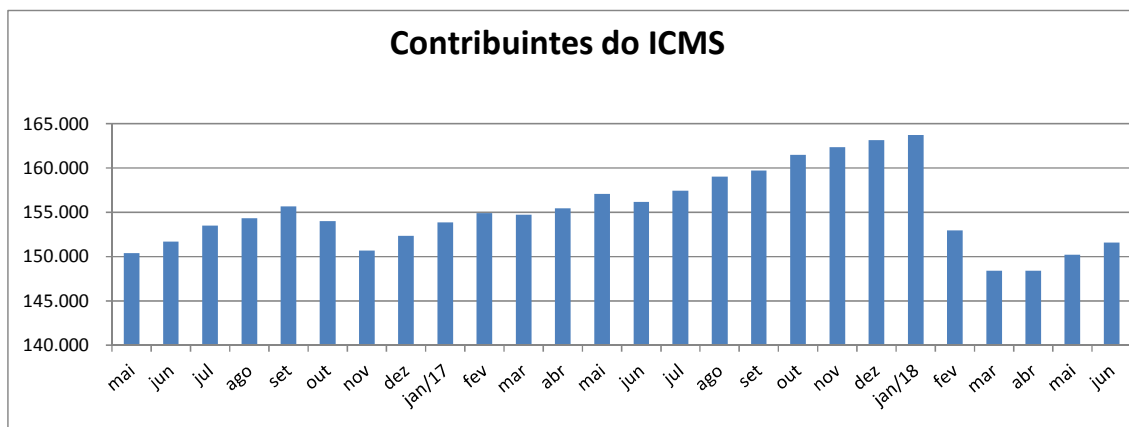
No mês em análise, o contingente de desempregados foi estimado em 320 mil pessoas, 5 mil a mais que no mês anterior. Em relação a maio de 2017, entretanto, o número de desempregados no Distrito Federal diminuiu (menos 18 mil pessoas). Quanto à ocupação, houve estabilidade no nível ocupacional, estimado em 1.326 mil pessoas. Setorialmente, esse resultado decorreu de reduções na Indústria de Transformação (-3 mil) e no Comércio (-7 mil) e de elevações na Construção (2 mil) e nos Serviços (7 mil). A ocupação na Administração Pública oscilou negativamente (-3 mil).

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de junho de 2018 ingressos de R\$ 635,0 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 0,6% e decréscimo real de 2,8%.

Quanto ao resultado acumulado, a arrecadação do ICMS no primeiro semestre de 2018 correspondeu a R\$ 3.838,6 milhões. Na comparação com o primeiro semestre de 2017 houve acréscimo nominal de 4,3% e aumento real de 2,2%. Ambas as comparações, mensal e acumulada, adotaram como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Em junho de 2018 havia no Cadastro Fiscal do Distrito Federal 151.615 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Observa-se evolução no número de inscrições no ICMS nos últimos dois anos, conforme ilustração a seguir.



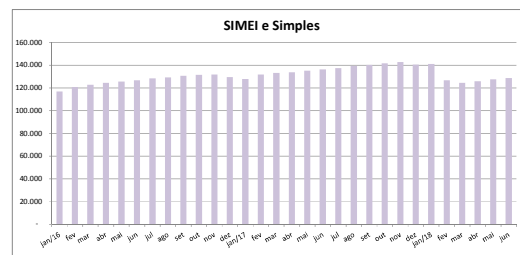
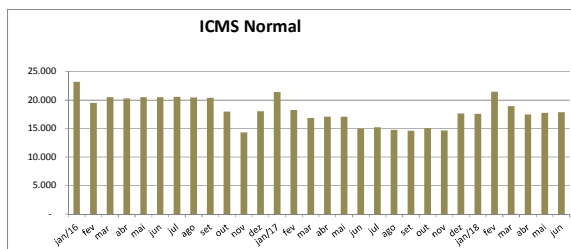
Do total de inscritos, 84,9% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.314 e 83.401 contribuintes, respectivamente.

Em relação à localidade, as agências de Taguatinga e de Brasília permanecem como aquelas que possuem o maior número de contribuintes do ICMS a elas vinculados, agregando em conjunto 44,2% do total de contribuintes desse imposto.

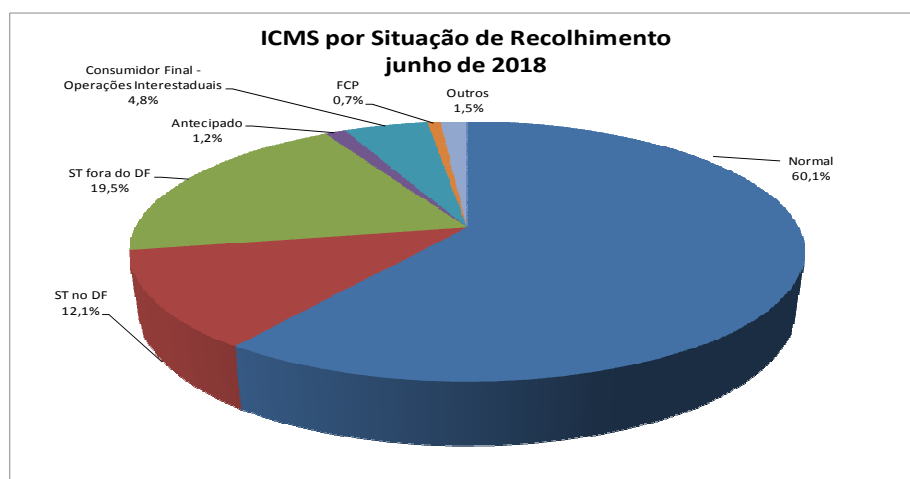
JUNHO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	4	10	6	3		1		1	28
2) Regime Normal de Apuração	656	4.073	1.620	1.876	1.523	582		734	4.092	183	17.898
3) PRO-DF Logístico				3							3
4) Regime Especial de Refeições	5	217	5	108	6	3	56	1	56	1	458
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		2	1	13			4		5		25
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.896	15.030	11.838		11.971	4.959	7.630	5.214	20.156	1.707	83.401
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.155	11.206	4.608	60	4.553	1.933	5.775	2.232	12.135	657	45.314
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				1.017							1.017
10) Telecomunicações-Centralizada				66							66
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	14	9	3.325	5		2		5		3.367
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2		1	2		1		6
TOTAL	7.720	30.545	18.085	6.511	18.064	7.481	16.028	8.182	36.450	2.549	151.615
PARTICIPAÇÃO	5,09%	20,15%	11,93%	4,29%	11,91%	4,93%	10,57%	5,40%	24,04%	1,68%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	1,11%	0,93%	0,81%	0,57%	1,02%	0,71%	0,87%	0,86%	1,08%	0,47%	0,93%

No mês de junho de 2018 houve acréscimo no número de contribuintes em todos os regimes de tributação, com destaque para os acréscimos observados no SIMEI e no Simples Nacional, sendo que o Regime Normal também apresentou acréscimo. Esses aumentos resultaram em um acréscimo total de 1393 novos contribuintes do ICMS.

As figuras a seguir ilustram a evolução do número de contribuintes no ICMS Normal e SIMEI e Simples a partir de janeiro de 2016.



Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento, em junho de 2018 constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 60,1%, seguido da Substituição Tributária Fora e no DF, com 19,5% e 12,1% respectivamente, perfazendo no conjunto 91,7% da receita total do imposto.



Detalhando o decréscimo real de R\$ 18,2 milhões na receita total do ICMS em junho de 2018 na comparação com o correspondente mês de 2017 pelos principais itens de receita do tributo verifica-se que esse resultado se deveu às quedas observadas nas modalidades de recolhimento Substituição Tributária no DF (-R\$ 23,7 milhões) e Substituição Tributária Fora do DF (-R\$ 21,8 milhões), que suplantaram os aumentos observados, com destaque na modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 18,0 milhões) e Normal (+R\$ 10,5 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (jun/18)
	jun/18	jan-jun/2018	jun/17	jan-jun/2017	jun/18	jan-jun/2018	
					jun/17	jan-jun/2017	
Normal	381.790	2.236.464	371.275	2.236.496	2,8%	0,0%	60,1%
ST no DF	76.764	479.895	100.463	529.038	-23,6%	-9,3%	12,1%
ST fora do DF	123.965	847.687	145.770	815.069	-15,0%	4,0%	19,5%
Antecipado	7.612	42.624	7.944	44.923	-4,2%	-5,1%	1,2%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	30.666	184.160	12.663	106.615	142,2%	72,7%	4,8%
FCP ²	4.626	29.305	5.748	30.341	-19,5%	-3,4%	0,7%
Outros ³	9.611	81.979	9.338	53.952	2,9%	51,9%	1,5%
Total da Arrecadação	635.034	3.902.115	653.202	3.816.434	-2,8%	2,2%	100,0%

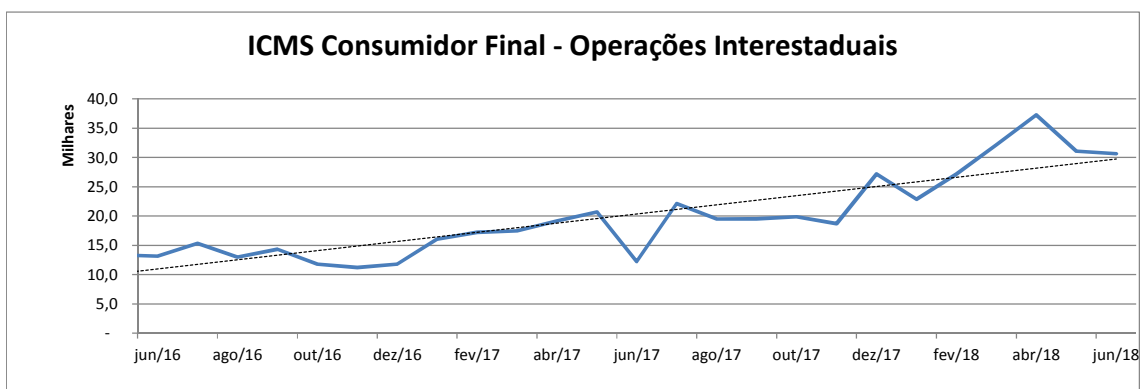
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

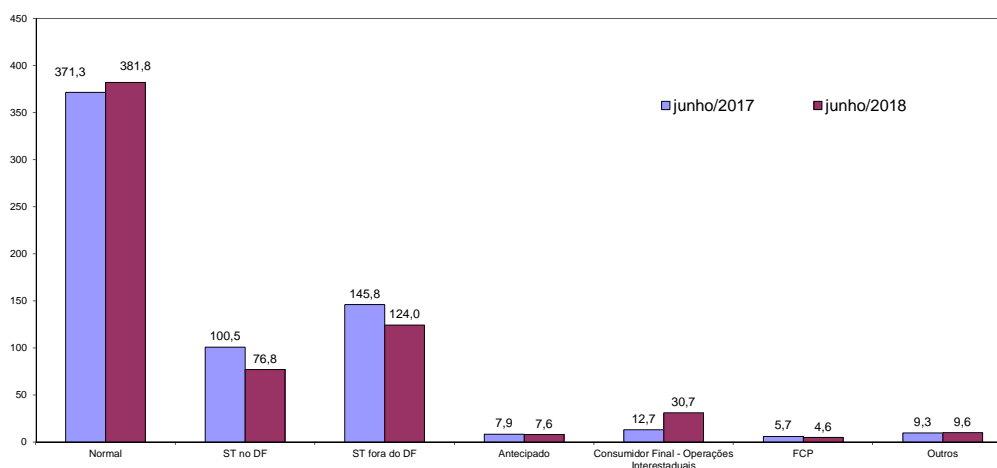
3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais, que advém em grande parte do comércio eletrônico. Após três meses de consecutivos aumentos, registraram-se nos dois últimos meses (maio e junho) quedas na arrecadação dessa modalidade de recolhimento, o que não afetou, entretanto, a sua tendência de crescimento.



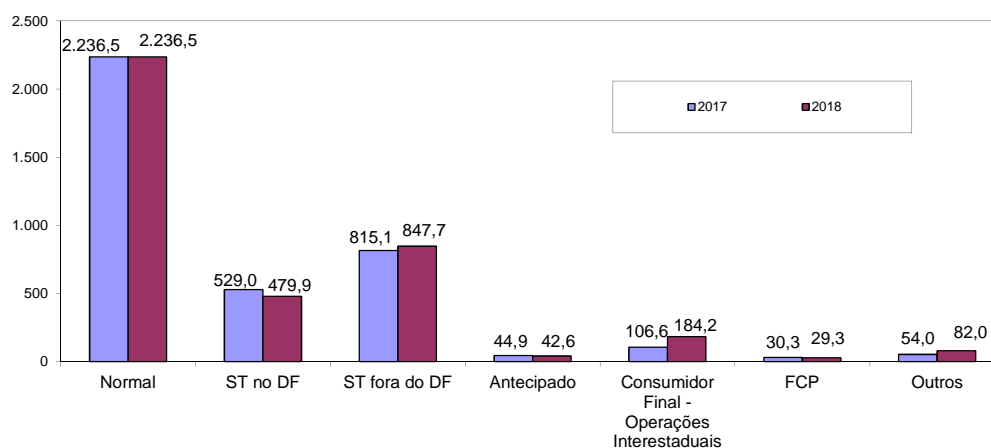
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de junho de 2018 com igual mês de 2017.

ICMS por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões de junho de 2018 (INPC/IBGE)



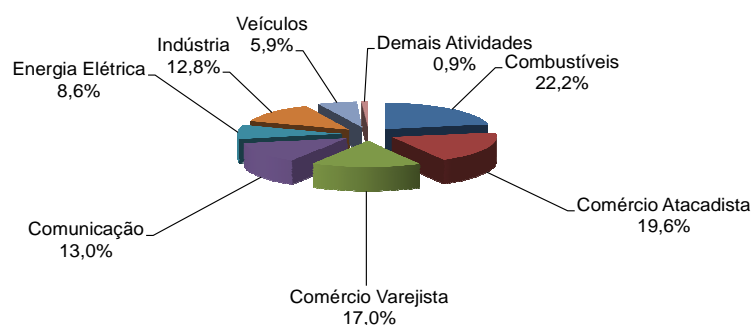
Quanto à análise acumulada referente ao primeiro semestre de 2018 contra igual período de 2017 registrou-se aumento real do ICMS de R\$ 85,7 milhões. Os destaques positivos ficaram por conta dos aumentos observados nas modalidades de Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 77,5 milhões) e Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 32,6 milhões). Por outro lado, o destaque negativo ficou por conta do desempenho da Substituição Tributária no DF (-R\$ 49,1 milhões). A figura seguinte ilustra a referida comparação acumulada.

**ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões até junho de 2018 (INPC/IBGE)**

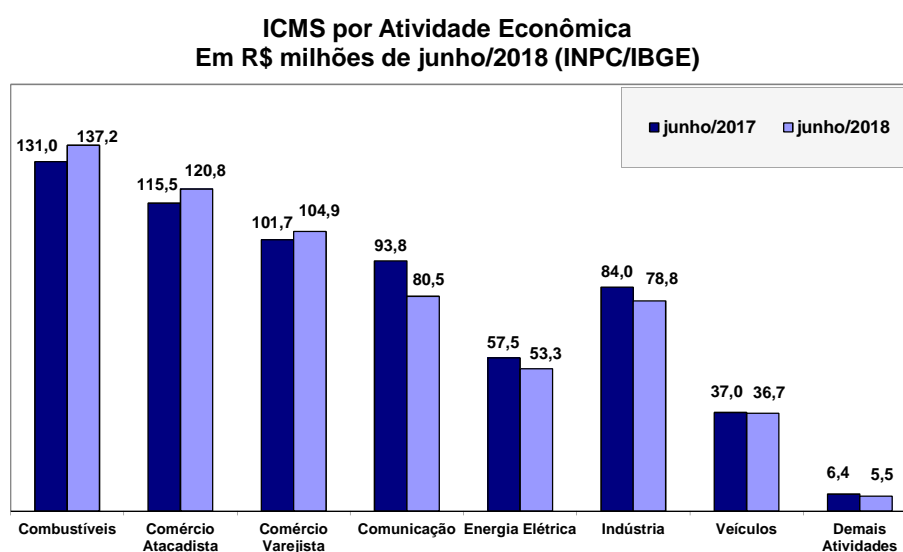


No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em junho de 2018, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis, com participação de 22,2%, seguido pelo Comércio Atacadista, Comércio Varejista, Comunicação e Indústria, com 19,6%, 17,0%, 13,0% e 12,8%, respectivamente.

**ICMS por Atividade Econômica
junho de 2018**

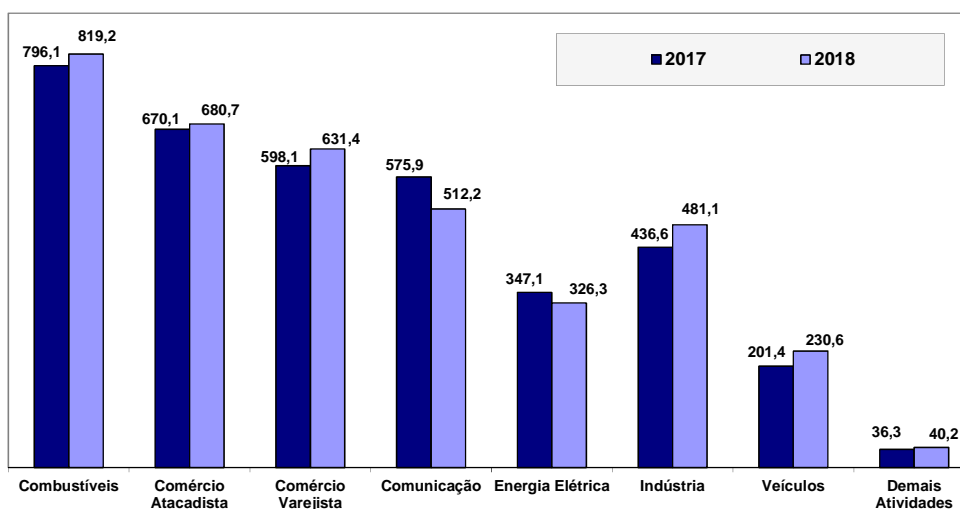


Na avaliação do desempenho real negativo da receita de junho de 2018 frente a correspondente mês de 2017 tiveram destaque as perdas observadas nos segmentos de Comunicação (-R\$ 13,3 milhões), Indústria (-R\$ 5,2 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 4,2 milhões). Tais perdas suplantaram os aumentos observados nos segmentos de Combustíveis (+R\$ 6,2 milhões), Comércio Atacadista (+R\$ 5,3 milhões) e Comércio Varejista (R\$ 3,2 milhões).



Quanto ao desempenho acumulado no primeiro semestre de 2018 em relação a igual período de 2017, os desempenhos positivos ocorreram nos segmentos da Indústria (+R\$ 44,6 milhões), Comércio Varejista (+R\$ 33,3 milhões), Veículos (+R\$ 29,2 milhões), Combustíveis (+R\$ 23,1 milhões), Comércio Atacadista (+R\$ 10,6 milhões) e Demais Atividades (+R\$ 4,0 milhões). Por outro lado, ocorreram perdas reais em Comunicação (-R\$ 63,8 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 20,7 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2018 contra 2017 (acumulado até junho)
Em R\$ milhões de junho/2018 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando-as em valores reais para os meses de junho de 2018 e de 2017, bem como em relação ao acumulado para o primeiro semestre de 2018 em relação a igual período de 2017 e a composição da arrecadação em junho de 2018.

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS							
ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (jun/2018)
	jun/18	jan-jun/2018	jun/17	jan-jun/2017	jun/18	jan-jun/2018	
					jun/17	jan-jun/2017	
Combustíveis	137.176	819.227	131.011	796.108	4,7%	2,9%	22,2%
Comércio Atacadista	120.784	680.703	115.477	670.135	4,6%	1,6%	19,6%
Comércio Varejista	104.892	631.439	101.728	598.119	3,1%	5,6%	17,0%
Comunicação	80.511	512.196	93.824	575.946	-14,2%	-11,1%	13,0%
Energia Elétrica	53.346	326.348	57.497	347.070	-7,2%	-6,0%	8,6%
Indústria	78.791	481.131	83.972	436.561	-6,2%	10,2%	12,8%
Veículos	36.661	230.602	36.961	201.429	-0,8%	14,5%	5,9%
Demais Atividades	5.549	40.247	6.357	36.252	-12,7%	11,0%	0,9%
TOTAL	617.709	3.721.894	626.827	3.661.619	-1,5%	1,6%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

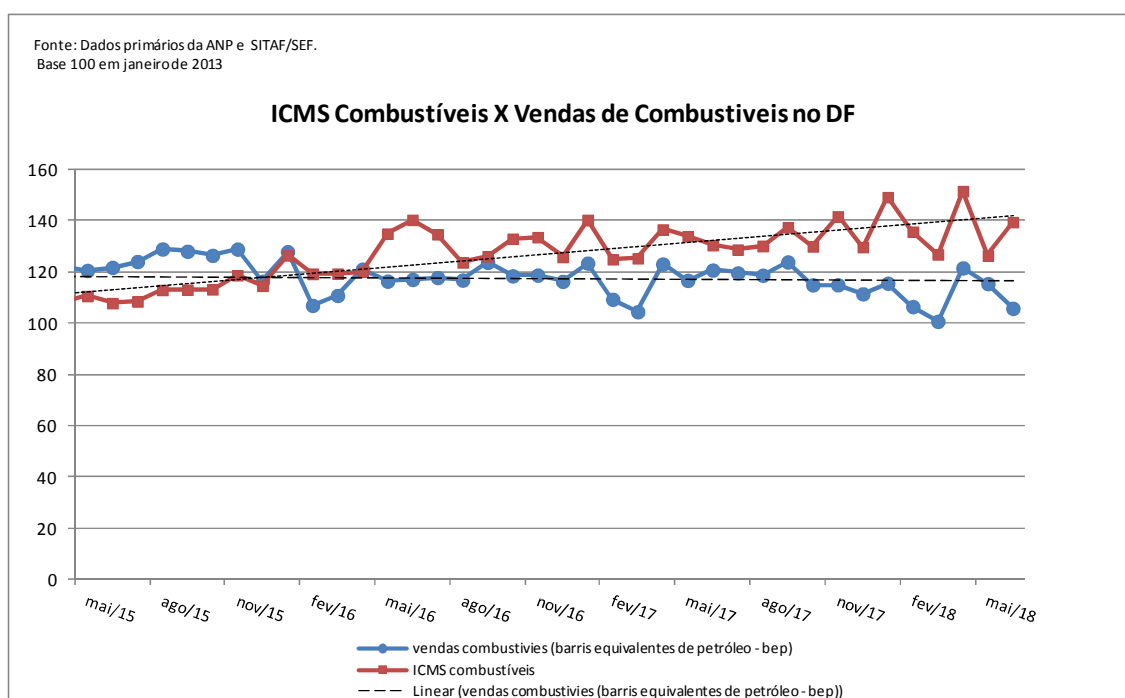
3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

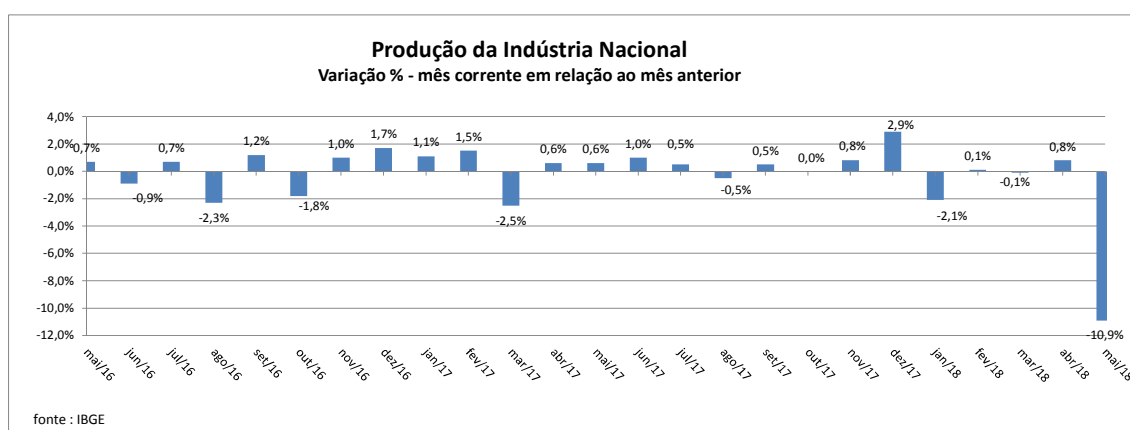
Dessa forma, foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de junho de 2018, em relação ao mês precedente, observam-se decréscimos na venda de combustíveis e aumento na arrecadação do ICMS. Ressalte-se que a curva de arrecadação do imposto apresenta tendência de crescimento no longo prazo, apesar da curva de vendas de combustíveis apresentar um suave decréscimo. O aumento das alíquotas de ICMS da gasolina, óleo diesel e etanol promovido no início de 2016 (Lei Distrital nº 5.452/2015) pode explicar essa diferença nas tendências das duas curvas.



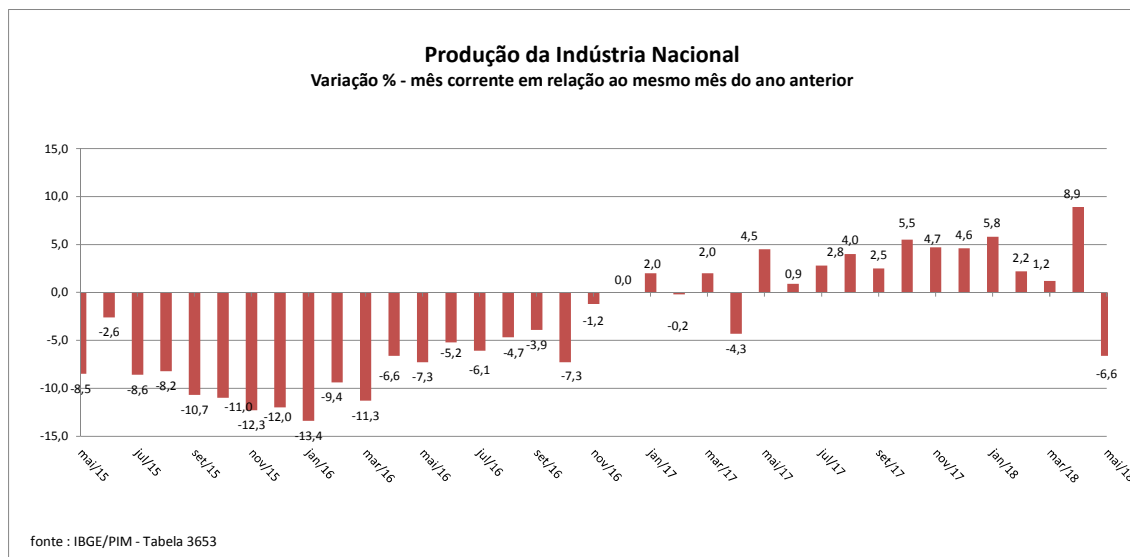
Analisando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela anteriormente apresentada, verifica-se que houve acréscimo real de 4,7% na arrecadação do mês de junho de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017. Quanto ao desempenho acumulado do primeiro semestre de 2018 em relação a igual período de 2017, houve aumento real de 2,9%.

INDÚSTRIA

Em 4 de julho o IBGE divulgou que em maio a produção industrial mostrou recuo de 10,9% frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, queda mais acentuada desde dezembro de 2008 (-11,2%), reflexo dos efeitos da paralisação dos caminhoneiros que afetou o processo de produção de várias unidades produtivas no país.



No confronto com igual mês de 2017 (sem ajuste sazonal), o total da indústria apontou redução de 6,6% em maio, recuo mais elevado desde outubro de 2016 (-7,3%), interrompendo doze meses consecutivos de taxas positivas. Com isso, o setor industrial acumulou expansão de 2,0% nos cinco primeiros meses de 2018, ritmo abaixo do resultado registrado até abril (4,5%), antes do impacto da paralisação dos caminhoneiros. A taxa anualizada (acumulado nos últimos 12 meses), ao passar de 3,9% em abril para 3,0% em maio, assinalou redução na intensidade do crescimento e interrompeu a trajetória ascendente iniciada em junho de 2016 (-9,7%).



O desempenho de maio da atividade industrial teve perfil generalizado de queda, alcançando todas as grandes categorias econômicas e 24 dos 26 ramos pesquisados. Entre as atividades, as influências negativas mais relevantes foram assinaladas por veículos automotores, reboques e carrocerias (-29,8%), bebidas (-18,1%), produtos alimentícios (-17,1%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-15,4%), produtos de madeira (-15,1%), produtos de minerais não-metálicos (-14,3%), outros equipamentos de transporte (-13,8%), celulose, papel e produtos de papel (-13,0%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-12,9%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-11,7%), perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-10,8%), produtos de borracha e de material plástico (-10,5%), produtos de metal (-10,5%) e couro, artigos para viagem e calçados (-9,8%). Os dois únicos avanços na produção industrial foram observados nos ramos de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (6,3%) e de indústrias extrativas (2,3%).

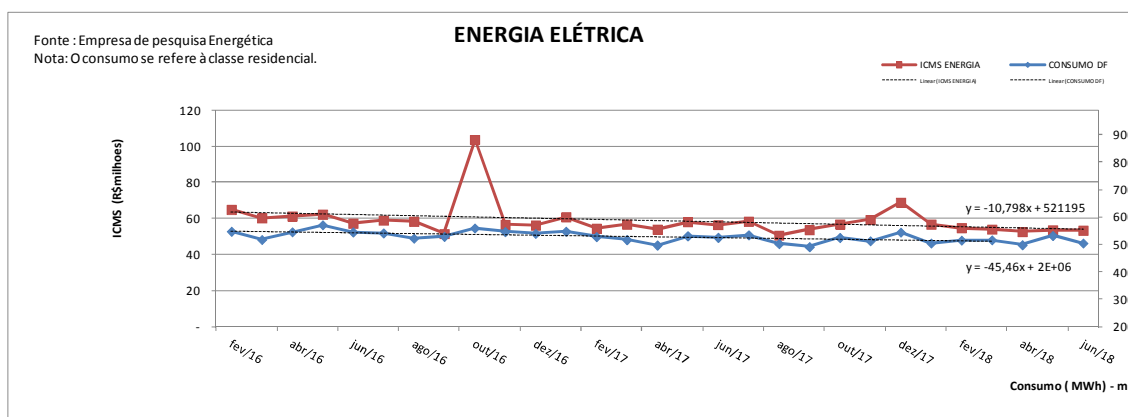
Quanto à arrecadação do ICMS da Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de junho de 2018 foi de decréscimo de 6,2% na comparação real com o mesmo mês de 2017, alinhado com o desempenho da produção industrial nacional. Quanto ao desempenho real acumulado do primeiro semestre de 2018 em relação a igual período de 2017, houve incremento de 10,2%.

ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 40.606 GWh em maio, representando acréscimo de 3,5% em relação ao mesmo mês de 2017. Todas as regiões do país assinalaram avanço na demanda de energia elétrica em maio, com exceção do Norte (-1,0%), tendo o Centro-Oeste registrado acréscimo de 1,9%.

Conforme informação enviada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos da Empresa de Pesquisa Energética, o consumo de eletricidade na rede das distribuidoras no Distrito Federal no mês de maio totalizou 504.446 MWh, sendo 456.265 MWh fornecidos no mercado cativo e o restante (9,55%) no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica e de arrecadação do ICMS do setor a partir de maio de 2016. Percebe-se que o decréscimo em arrecadação foi menor do que o decréscimo em consumo em junho de 2018. Como tendência, a curva de consumo também apresenta um decréscimo mais acentuado que a de arrecadação do imposto.



No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, na comparação de junho de 2018 com igual mês em 2017 contabilizou-se queda de 7,2%. Quanto ao desempenho acumulado para o 1º semestre de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se decréscimo real de 6,0%.

VEÍCULOS

Apesar de a primeira quinzena de maio ter registrado o melhor desempenho de vendas do ano para o período, de acordo com dados do Renavan, sendo vendidos 107,6 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e chassis de ônibus no País ao ritmo de 10,7 mil unidades/dia, o mês de maio fechou as vendas com 201,9 mil unidades, representando redução de 7,1% no comparativo com abril, porém alta de 3,2% ante maio de 2017. No acumulado do ano a alta é de 17,0% sobre janeiro a maio de 2017, com 964.772 veículos licenciados.

Entre os segmentos, o que mais cresceu foi o de caminhões, com 26.323 unidades emplacadas no acumulado do ano, volume 52,7% maior do que o verificado no mesmo período de 2017, seguido pelo de ônibus, cujas vendas (4.664 unidades) subiram 28,0% no acumulado do ano.

Em 3 de julho a diretoria da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entidade que representa as concessionárias, divulgou que estima alta nas vendas de carros e comerciais leves de 9,7% em 2018, para 2,4 milhões de unidades, ante projeção anterior divulgada no início de abril de expansão de 13% em razão dos efeitos da greve dos caminhoneiros no final de maio e incertezas sobre os rumos da economia, que tem mostrado crescimento abaixo do esperado.

No Distrito Federal, levantamento mensal realizado pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) aponta que em maio foram vendidas 6.386 unidades, queda de 8,15% ante as 6.953 vendidas no mês anterior mas crescimento de 9,18% em relação às 5.849 unidades vendidas em maio de 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de junho de 2018 foi de decréscimo real de 0,8% na comparação com o mesmo mês em 2017. Em relação ao desempenho acumulado para o primeiro semestre de 2018 ante igual período de 2017, registrou-se aumento real de 14,5%.

VENDAS NO VAREJO

Mesmo prejudicadas pela crise de desabastecimento provocada pela paralisação dos caminhoneiros no fim do mês anterior, as vendas do varejo brasileiro fecharam maio com desempenho positivo. Dados do Indicador de Varejo da Mastercard mostraram alta de 0,8% no mês em comparação a maio de 2017. A média do trimestre encerrado em maio foi também 1,3% superior ao mesmo período de 2017.

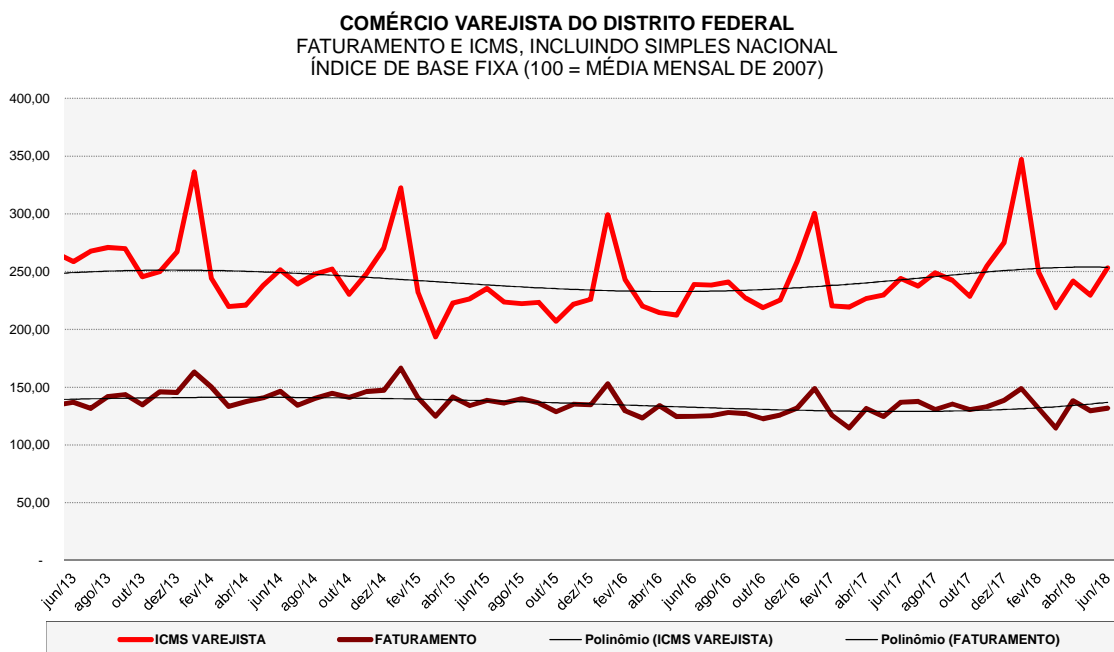
Um dos setores de melhor desempenho em maio foi o de supermercados, com alta de 6,9% na comparação interanual. Ainda ficaram no terreno positivo as vendas de móveis e eletrodomésticos, artigos farmacêuticos, material de construção e artigos de uso pessoal e doméstico. Já os setores com desempenho negativo foram combustíveis e vestuário. Na análise por região, Norte (1%), Sul (1,4%) e Sudeste (1%) ficaram acima da média, o Nordeste ficou na média do Brasil, com 0,8% de crescimento das vendas, enquanto o Centro-Oeste registrou queda de 2,9% nas vendas do varejo.

Quanto à arrecadação do ICMS do Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de junho de 2018 foi de acréscimo real de 3,1% na comparação com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o primeiro semestre de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se acréscimo real de 5,6%.

O gráfico a seguir apresenta curva de faturamento construída a partir de dados de receita nominal de vendas do varejo ampliado (PMC/IBGE) e dados de arrecadação do ICMS do comércio varejista do DF, somados com dados de arrecadação do Simples Nacional.

Conforme o gráfico, as curvas de faturamento e de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal apresentam tendência semelhante, com uma defasagem de cerca de um ano na retomada do crescimento. As curvas sugerem que a retomada do ICMS varejista iniciou-se em meados de 2016, provavelmente associada ao incremento da alíquota modal no DF, promovido no início de 2016, enquanto que a retomada do faturamento ocorreu em

meados de 2017, em resposta à saída da crise econômica do biênio 2015-2016.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e Simples Nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 5,2% em 2018 frente a 2017. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 3,5%, ocupando a 20ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, como visto na tabela seguinte.

ICMS BRASIL ATÉ MAIO - VALORES EM R\$ MILHÕES (INPC/IBGE)

UF	ESTADO	2017	2018	Variação (em %)
1 AM	Amazonas	3.280,06	3.836,09	16,95%
2 AC	Acre	441,68	505,93	14,55%
3 TO	Tocantins	1.000,45	1.133,08	13,26%
4 MS	Mato Grosso do Sul	3.482,89	3.866,49	11,01%
5 ES	Espírito Santo	3.781,88	4.167,39	10,19%
6 CE	Ceará	4.386,14	4.767,59	8,70%
7 PE	Pernambuco	5.865,29	6.370,62	8,62%
8 MG	Minas Gerais	18.284,19	19.839,41	8,51%
9 PI	Piauí	1.524,92	1.651,90	8,33%
10 RN	Rio Grande do Norte	2.154,06	2.325,61	7,96%
11 AP	Amapá	312,15	335,40	7,45%
12 SP	São Paulo	53.957,90	57.480,09	6,53%
13 SC	Santa Catarina	8.113,16	8.573,55	5,67%
14 BA	Bahia	8.588,56	9.016,82	4,99%
15 RJ	Rio de Janeiro	13.852,97	14.522,62	4,83%
16 MT	Mato Grosso	4.343,83	4.547,57	4,69%
17 AL	Alagoas	1.572,59	1.643,33	4,50%
18 MA	Maranhão	2.456,75	2.559,60	4,19%
19 GO	Goiás	6.052,31	6.263,89	3,50%
20 DF	Distrito Federal	3.264,01	3.376,79	3,46%
21 SE	Sergipe	1.341,32	1.386,41	3,36%
22 RR	Roraima	331,12	341,78	3,22%
23 RO	Rondônia	1.359,85	1.396,72	2,71%
24 PA	Pará	4.169,56	4.257,00	2,10%
25 PB	Paraíba	2.176,94	2.215,47	1,77%
26 RS	Rio Grande do Sul	13.521,85	13.631,39	0,81%
27 PR	Paraná	13.307,36	12.365,64	-7,08%
	BRASIL	182.923,8	192.378,2	5,17%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelos Estados de PB, AL, PR, SC e MT foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em junho de 2018 totalizaram R\$ 28,4 milhões, representando um decréscimo de 7,2% em valores correntes em relação ao mês precedente. Nesse período, houve decréscimos para o ICMS e para o ISS de 5,1% e 9,7% respectivamente. Quanto ao número de contribuintes, observou-se aumento para o ICMS de 1,0% e para o ISS de 1,3%.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES						
Mês/Ano		ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
		Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
janeiro	2018	22.510.773,70	141.182	17.552.063,14	140.876	40.062.836,84
fevereiro	2018	15.580.214,52	126.548	12.704.957,86	128.517	28.285.172,38
março	2018	16.972.670,11	124.484	13.372.178,84	127.184	30.344.848,95
abril	2018	17.015.275,04	125.960	14.094.459,00	129.021	31.109.734,04
maio	2018	16.411.548,75	127.488	14.185.480,52	131.065	30.597.029,27
junho	2018	15.577.990,64	128.715	12.808.717,45	132.703	28.386.708,09

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

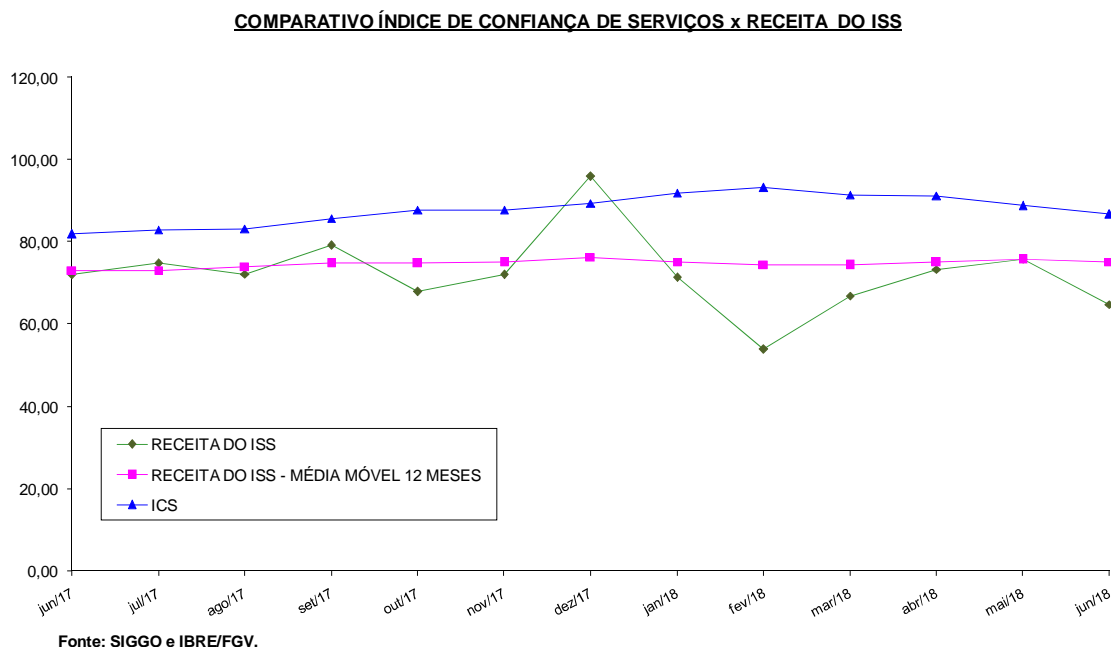
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de junho de 2018, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 119,3 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um decréscimo nominal de 10,0%, correspondente a uma queda real de 13,1%, tendo o INPC/IBGE como índice de correção monetária.

Quanto à receita acumulada no 1º semestre de 2018, a arrecadação foi de R\$ 747,3 milhões em valores correntes. No comparativo com igual período em 2017, apurou-se decréscimo nominal de 3,3% e real de 5,2%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico

abaixo traz o comportamento deste indicador, até junho de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



O ICS caiu 2,1 pontos em junho e atingiu 86,7 pontos, menor nível desde setembro de 2017, após quatro meses de quedas consecutivas. Em médias móveis, a receita do ISS segue a mesma tendência negativa, com diminuição de 0,6 ponto.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios divulgados pelo IBRE/FGV referentes ao setorial das sondagens de tendências são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de junho de 2018, o cadastro fiscal do DF registrou 163.970 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

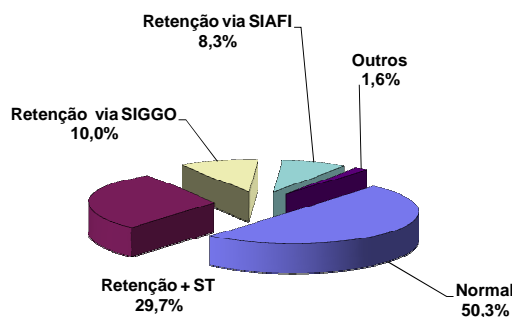
JUNHO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	876	11.921	1.487	2.231	1.412	451	4.190	853	5.811	151	29.383
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) Sociedade Unipessoal de Advocacia - ISS	1	2									3
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.096	17.154	11.339		11.751	4.258	7.987	5.267	20.455	1.576	84.883
5) SIMPLES NACIONAL	2.153	15.755	3.643	52	3.627	1.331	6.332	2.050	12.421	456	47.820
6) Sociedades Uniprofissionais	2	761	6	8	5	1	54	4	69	1	911
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		8							9
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	753	4		1		2		775
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		5	1	81	1					1	89
TOTAL	8.132	45.611	16.478	3.227	16.800	6.041	18.564	8.174	38.758	2.185	163.970

No comparativo com o mês anterior houve um acréscimo de 2.064 inscrições no total de contribuintes do ISS, sendo que o SIMEI – Microempreendedor Individual, o SIMPLES e o Regime Normal de Apuração apresentaram aumentos de 976, 662 e 414 contribuintes, respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,8 % do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,6% na circunscrição de Taguatinga e 48,6%, nas demais localidades. Do total de inscrições, 51,8% estão no SIMEI; 29,2%, no Simples Nacional; 17,9%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em junho de 2018, o ISS Normal respondeu por 50,3%; a modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros efetuado pelo setor privado (Retenção + Substituição Tributária), por 29,7%; a Retenção via SIGGO respondeu por 10,0%; a Retenção via SIAFI, por 8,3%, e Outros, por 1,6%.

ISS por Situação de Recolhimento junho de 2018



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de junho de 2017 e 2018 e no acumulado do período de janeiro a junho de ambos os anos.

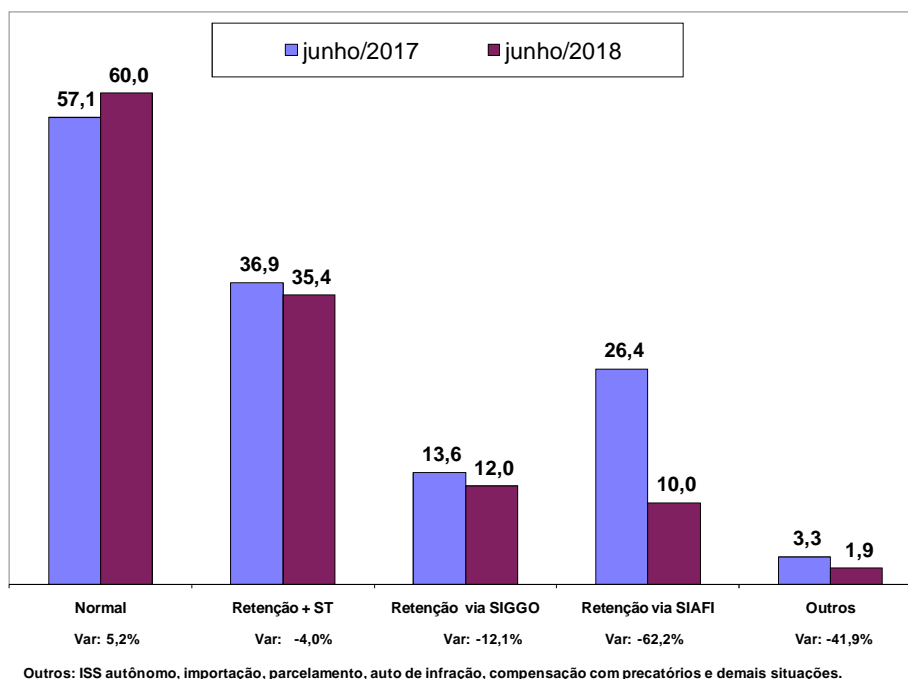
ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (jun/18)
	jun/17	jan-jun/17	jun/18	jan-jun/18	jun/18	jan-jun/18	
					jun/17	jan-jun/17	
Normal	57.091	343.446	60.032	333.524	5,2%	-2,9%	50,3%
Retenção + ST	36.855	220.008	35.379	222.081	-4,0%	0,9%	29,7%
Retenção via SIGGO	13.641	60.260	11.985	69.364	-12,1%	15,1%	10,0%
Retenção via SIAFI	26.374	161.067	9.956	120.805	-62,2%	-25,0%	8,3%
Outros	3.339	16.797	1.941	13.822	-41,9%	-17,7%	1,6%
Total da Arrecadação	137.300	801.578	119.294	759.596	-13,1%	-5,2%	100,00%

Fonte: SIGGO

1:Apuração com base no INPC/IBGE.

A figura abaixo ilustra a comparação em termos reais da arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em junho de 2018 com o mesmo período de 2017.

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de junho/2018 (INPC/IBGE)

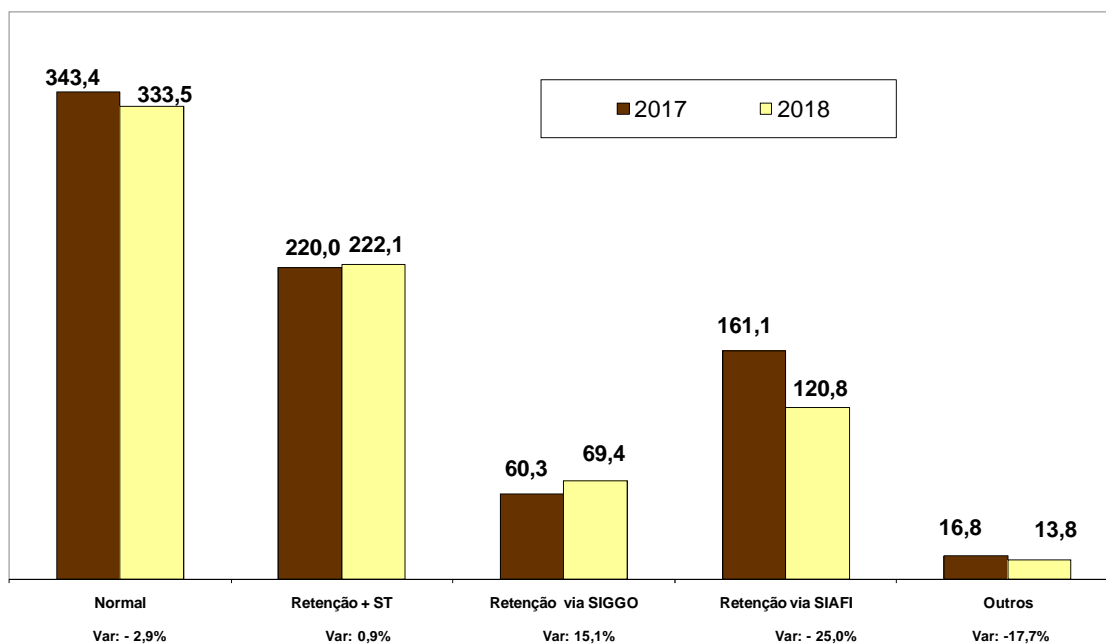


Houve decréscimo real de arrecadação do ISS no total de R\$ 18,0 milhões em junho de 2018 em comparação com junho de 2017. Verifica-se que isso ocorreu devido à queda nas modalidades Retenção por órgãos públicos via SIAFI (-R\$ 16,4 milhões), devido a problemas de contabilização

de um decêndio, Retenção via SIGGO (-R\$ 1,7 milhão) e Retenção + Substituição Tributária (-R\$ 1,5 milhão). Por outro lado, a modalidade Normal apresentou acréscimo (+R\$ 2,9 milhões).

A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no 1º semestre de 2018 com a observada no mesmo período de 2017 pelas principais situações de recolhimento. Verifica-se que ocorreu decréscimo real de receita nas modalidades Normal (-R\$ 9,9 milhões) e Retenção via SIAFI (-R\$ 40,3 milhões), mas registrou-se incremento de arrecadação nas modalidades Retenção via SIGGO (+R\$ 9,1 milhões) e Retenção + Substituição Tributária (+R\$ 2,1 milhões).

ISS por situação de recolhimento
2018 contra 2017 (acumulado até junho)
Em R\$ milhões de junho/2018 (INPC/IBGE)

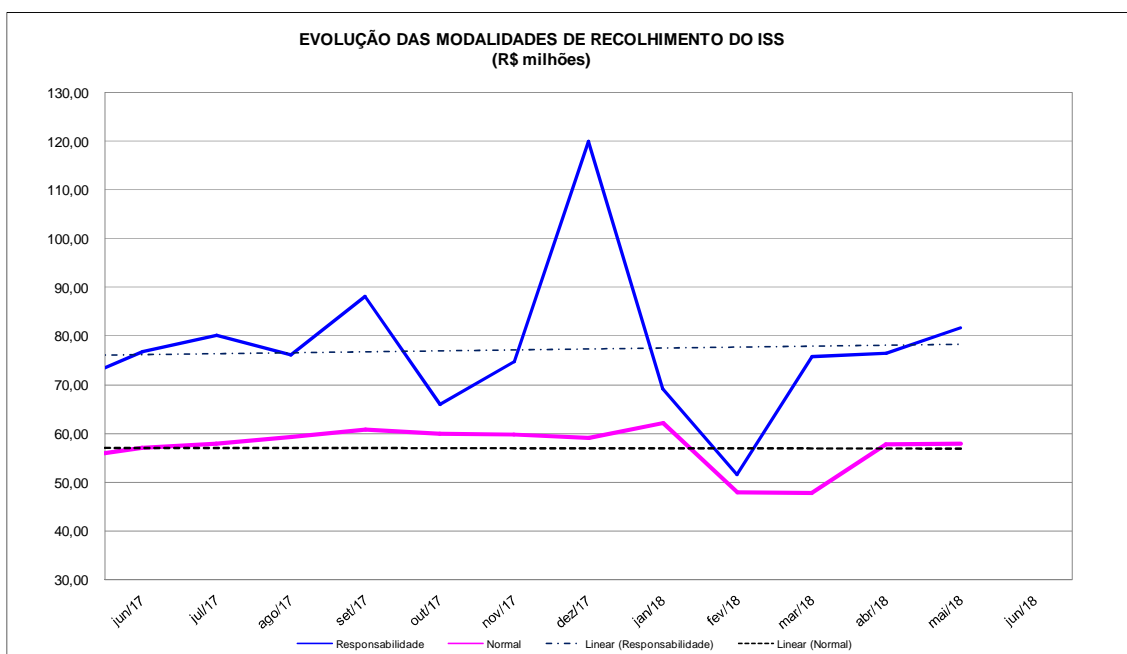


Quanto à modalidade Normal, a diminuição de arrecadação de ISS no 1º semestre de 2018 pode ser reflexo da entrada em vigor da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017, que incorporou as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29/12/2016, com impacto na tributação dos serviços financeiros.

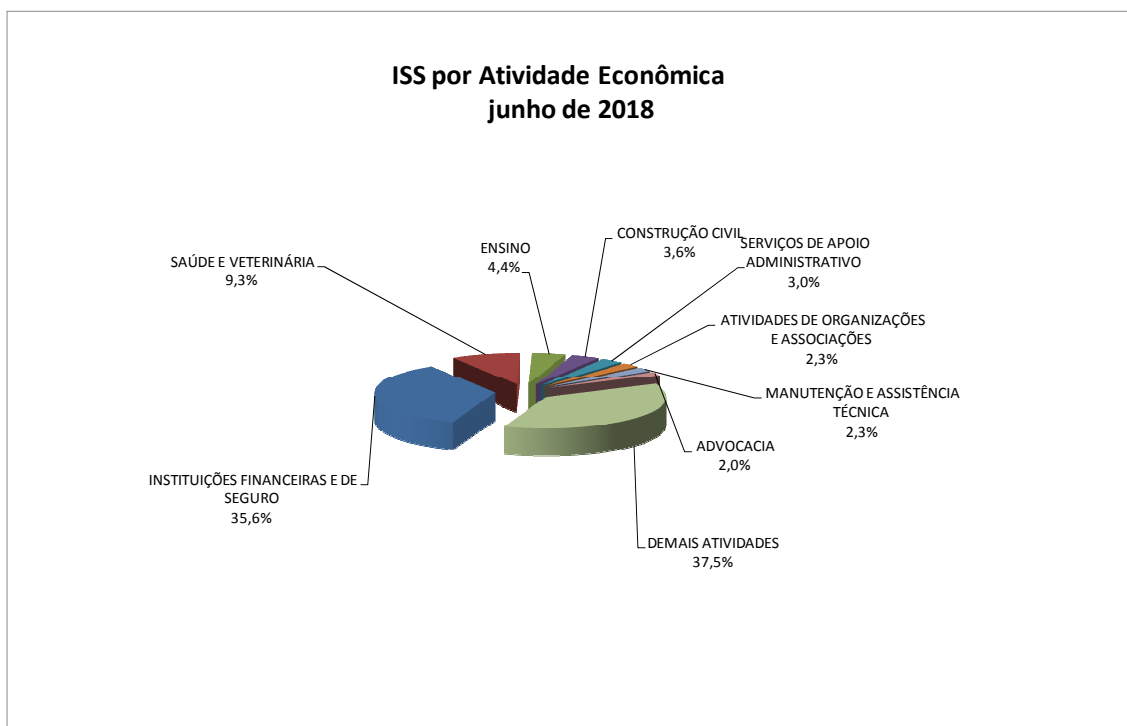
A diminuição na arrecadação do ISS na modalidade Retenção via SIAFI no período janeiro a junho de 2018 comparada com o mesmo período do ano anterior deve-se ao volume de liquidação de despesas empenhadas

em 2017 pela União, o que certamente contribuiu para a elevação das retenções via SIAFI em dezembro de 2017 (R\$ 65,3 milhões), montante bem acima do que foi arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 (R\$ 22,8 milhões), já apresentando recuperação nos meses de março (R\$ 26,0 milhões), abril (R\$ 27,8 milhões) e maio (R\$ 32,3 milhões). No entanto, a modalidade Retenção via SIAFI apresentou queda em junho (R\$ 9,9 milhões).

O gráfico seguinte apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS Normal e por Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO). Observa-se uma boa recuperação a partir de março de 2018, e as linhas de tendência de ambas as modalidades mostram relativa estabilidade das séries históricas.



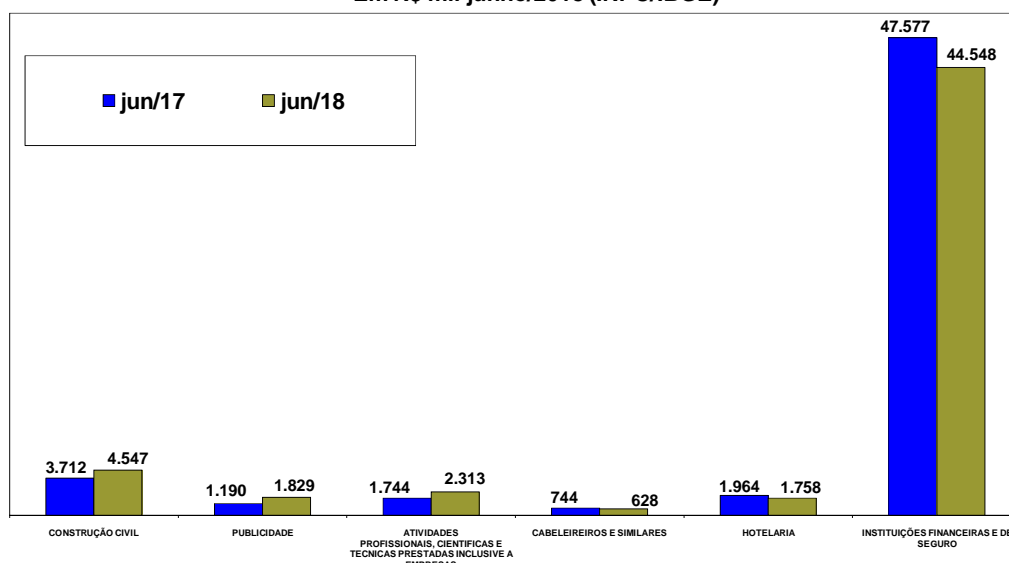
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em junho de 2018 verifica-se, conforme gráfico seguinte, que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (35,6%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (9,3%) e Ensino (4,4%).



Os gráficos seguintes apontam o desempenho da arrecadação do ISS conforme principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza pelo fato de elas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

No confronto da arrecadação de junho de 2018 com junho de 2017, os principais acréscimos ocorreram nas atividades econômicas de Construção Civil (+R\$ 834 mil), Publicidade (+R\$ 639 mil) e Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas Prestadas Inclusive a Empresas (+R\$ 569 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 3,0 milhões), de Hotelaria (-R\$ 206 mil) e Cabeleireiros e Similares (-R\$ 116 mil), sendo que o primeiro decréscimo pode estar associado à edição da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017.

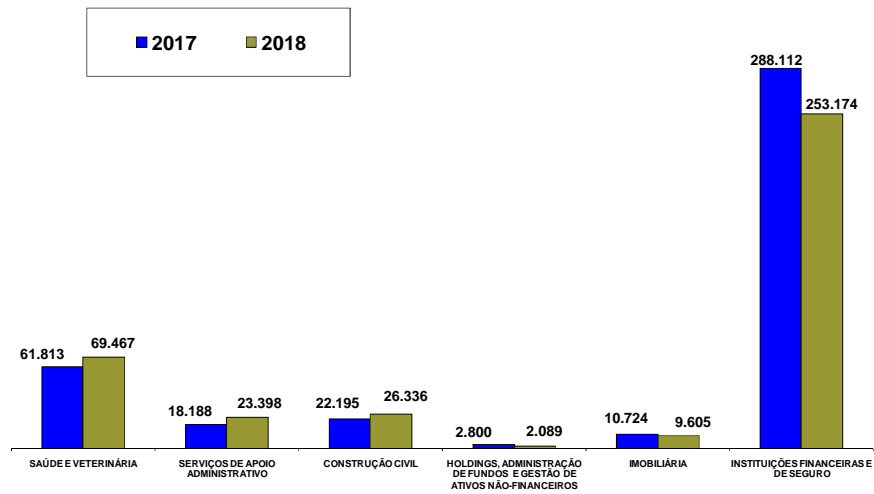
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil junho/2018 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2018 frente a 2017 com dados acumulados até junho, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Saúde e Veterinária (+R\$ 7,7 milhões), de Serviços de Apoio Administrativo (+R\$ 5,2 milhões) e de Construção Civil (+R\$ 4,1 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Imobiliária (-R\$ 1,1 milhão), de Holdings, Administração de Fundos e Gestão de Ativos Não-Financeiros (-R\$ 711 mil) e de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 34,9 milhões), sendo esse último decréscimo provavelmente associado à Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017.

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
*Valores acumulados até junho (Em R\$ mil de junho de 2018-INPC/IBGE)



(*) Exclui setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(06 Junho 2018 – Séries Históricas.xls)